

A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E AS AÇÕES SOCIOPOLÍTICAS NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Luan Henrique Alves¹

Mariana-MG, 22 de dezembro de 2022

Caro Paulo Freire,

Transcorridos 25 anos desde o seu falecimento, seu nome nunca esteve tanto em evidência como recentemente. Infelizmente, dessa vez, não associado à grandiosidade do seu legado, que lhe outorgou o título de patrono da educação brasileira, mas a ataques motivados por setores políticos que temem a educação que você propõe e defende, centrada no desenvolvimento da *consciência crítica* para a *emancipação e libertação* das massas populares.

Com pesar, compartilho com você que políticas ultraconservadoras, extremistas e antidialógicas têm se instaurado no Brasil, diluídas entre todas as esferas do poder público. Por meio de opressões políticas, culturais e econômicas, temos visto a propagação de uma onda de intolerância (e até perseguição) contra grupos historicamente marginalizados e oprimidos pela classe dominante, seja por sua raça, etnia e classe, seja por seu gênero e orientação sexual. Essa ideologia política, contrária à democracia, visa homogeneizar os sujeitos ao desconsiderar seu direito à existência e à *boniteza* da experiência do viver. *Desumaniza-se* mais e mais os “esfarrapados do mundo” – tão queridos por você – para a manutenção do *status quo* opressor.

Essa cultura de dominação necrófila, como você bem disse, “nutre-se do amor à morte e não do amor à vida” (Freire, 2022, p. 90) e encontra, na *educação bancária*, o principal instrumento de *domesticação* das massas e, em função disso,

1 Licenciado em Ciências Biológicas, mestre em Educação e, atualmente, doutorando em Educação cuja pesquisa, voltada para a Educação em Ciências, destina-se a compreender como os estudantes se constituem como cidadãos ativos e engajados na resolução de controvérsias sociocientíficas.

a perpetuação da opressão. Isso porque a educação bancária mina (ou anula) a capacidade criativa, investigativa e crítica dos estudantes, ao apassivá-los e ajustá-los, em vez de possibilitar sua inserção no mundo como agentes de transformação. Esse tipo de educação serve aos dominadores à medida que controla e adestra o corpo e a mente dos sujeitos que, agora desumanizados, tornam-se objetos (coisa) e são proibidos de ser, de buscar o ser mais.

Contudo, esse processo desumanizante não acontece de um momento para outro, é gestado sistematicamente, obedece a fases concebidas e orquestradas para formatar a hegemonia opressora, como você bem esboçou na *teoria da ação antidialógica*, em *Pedagogia do oprimido* (Freire, 2022). Ao mesmo tempo em que me encanto com a tessitura dessa brilhante análise social, assusto-me ao me dar conta que, 54 anos desde o lançamento dessa obra, pouco (ou quase nada) aprendemos com você. Nossa sociedade ainda continua conservando a contradição opressor-oprimido e, como tal, é conquistada, *dividida*, *manipulada* e *invadida*.

Vivemos tempos difíceis por aqui, Freire. Como sociedade *conquistada* (e em processo de conquista), temos visto campanhas difamatórias com objetivos escusos de influenciar tanto os rumos dos processos eleitorais quanto de manipular a opinião pública sobre diferentes assuntos, ao induzir as pessoas ao erro e deixar a população vulnerável e descrente. Fragilizados, paulatinamente somos *divididos*. De povo brasileiro, fomos divididos em “patriotas” – aqueles que se alinham ao grupo político em exercício – e “petralhas”, “esquerdistas” e “comunistas” – aqueles que fazem parte da oposição. Esses adjetivos visam desqualificar ou exaltar instituições ou pessoas com fins políticos e econômicos, e incitar o ódio.

Essas notícias inverídicas que têm sido propagadas (as famigeradas *fake news*) cumprem com maestria o seu alerta de que, para efetivar e manter a opressão, os opressores se empenham em “*mitificar o mundo*” (Freire, 2022, p. 187, grifos do autor). Ou seja, mascaram a realidade, ao impossibilitarem que o oprimido realize uma análise crítica do mundo e o conceba como algo determinado,

estático e imutável. Sem criticizá-lo, acabam por se ajustar aos ideais e valores daqueles que o oprimem. Uma vez divididas, por isso enfraquecidas e dóceis aos opressores, as massas populares são facilmente manipuladas e, como cartada final, *invadidas culturalmente*. Nesse processo, como você bem salientou, o oprimido tem sua cultura inferiorizada, suas expressões criativas e a possibilidade do *ser mais* são negadas, tornam-se *seres para o outro*, assim, “mais estes [oprimido] quererão parecer com aqueles [opressores]: andar como aqueles, vestir à sua maneira, falar a seu modo” (Freire, 2022, p. 207).

Ao tornarem-se *seres para o outro*, os oprimidos comportam-se como servidores daqueles que os oprimem e, como tal, implementam os seus quereres. Um exemplo claro de todo esse processo de dominação antidialógica tem acontecido no Brasil. No momento em que lhe escrevo, há um contingente de brasileiros e brasileiras – apoiadores do atual presidente que não se reelegeu nas recentes eleições – em frente aos quartéis contestando o resultado das eleições e pedindo intervenção militar para salvaguardar a democracia. Contraditório, mas, acredite, é o que temos vivenciado há quase dois meses.

Todavia, essa ação não é isolada e não surge do vácuo. Nos últimos anos, temos visto a minimização dos efeitos danosos da ditadura militar de 1964, por meio de celebrações à ditadura que o atual governo realiza anualmente. Também temos presenciado atos antidemocráticos recorrentes de ataque às instituições da República (como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal), para pedir seu fechamento e a volta do Ato Institucional n.o 5 (AI-5). Esse quadro, Freire, retrata o que você diz a respeito da postura destrutiva que os oprimidos assumem contra aqueles que se levantam em oposição ao opressor que neles “hospeda”.

A ação cultural com efeito dominador assume para si diversas frentes para que a opressão se efetive, dentre elas, o controle do sistema político, da educação, das riquezas, das tecnologias e da ciência. Contudo, a meu ver, outras especificidades somam-se a essas ações *necrófilas* de dominação, como o

agravamento das mudanças climáticas – fruto da ação predatória, insustentável e ecocida dos seres humanos –, cujos efeitos destrutivos se fazem sentir principalmente entre as minorias étnicas (racismo ambiental); e políticas e atitudes negacionistas que levam tanto à emergência de novas doenças (ou reemergência daquelas já controladas) quanto à intensificação dos seus efeitos, o que revela e potencializa as desigualdades socio sanitárias e econômicas do nosso país.

Diante desse cenário caótico em que vivemos atualmente, o qual ora lhe apresento, Freire, relembro uma de suas máximas de que a “educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, logo, me questiono sobre qual educação seria essa? De certo, não a bancária que serve aos dominadores e reproduz seus valores, mas a educação *libertadora* que, por meio da *práxis dialógica*, visa conduzir os estudantes ao desvelamento da situação de opressão que lhes aflige e, assim, ao se *conscientizarem* a respeito da sua condição/situação existencial, possam agir sobre ela e transformá-la.

Esse ideal de educação libertadora se aproxima do que temos desenvolvido no campo da Educação em Ciências, a qual tem assumido o papel político de formar cidadãos capazes de atuar ativamente na resolução de problemas socioambientais e sociocientíficos. Não em uma perspectiva salvacionista, mas crítica, fundamentada e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A exemplo disso, temos, na Educação em Ciências, uma abordagem de ensino e aprendizagem que visa à discussão de Questões Sociocientíficas (QSC) e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente.

À guisa de conceituação, na perspectiva de Dália Conrado e Nei Nunes-Neto (2018) – autores em que me fundamento –, as QSC retratam situações complexas, controversas e que não necessariamente possuem soluções simples ou definitivas. Seus desdobramentos se entrelaçam com as esferas social e ambiental, podem ter abrangência local, nacional e/ou global, portanto, habitualmente são veiculados na mídia e nas redes sociais. Por envolverem temas conflituosos,

mobilizam conhecimentos de diversas áreas (científica, política, econômica e cultural), além de reflexões dos campos da moral e da ética para a tomada de decisão acerca dos problemas focalizados. Como exemplos de QSC, temos a clonagem humana, a eutanásia, as mudanças climáticas, as doenças zoonóticas, assim como temas antidiscriminatórios que visam à exposição e à reflexão das raízes comuns ao sexismo, ao racismo, à homofobia, ao eurocentrismo etc.

Essa abordagem possibilita o rompimento com práticas educativas verticalizadas, antidialógicas e centradas no professor, e contribui para que os estudantes se tornem críticos e produtores de conhecimento, ao invés de meros consumidores, e sejam capazes de formular suas próprias opiniões e posições de valor a respeito de temáticas sensíveis e controversas. Para que esses momentos de discussão não se limitem à “crítica pela crítica”, temos um movimento dentro da Educação em Ciências que preza pela radicalidade da educação, de modo que os estudantes “não apenas discutam questões sociocientíficas complexas e frequentemente controversas, e formulem sua própria posição a respeito delas, mas também se preparem e se envolvam em ações sociopolíticas² que acreditam que farão a diferença” (Hodson, 2010, p. 199), e tenham sempre em mente a construção de uma sociedade com maior justiça socioambiental.

É aqui que se assenta nosso maior desafio. Como efetivar práticas educativas que, verdadeiramente, deflagrem o contexto de opressão e das injustiças que configuram nossa sociedade atual e rumem em direção à libertação dos oprimidos e à construção de sociedades mais inclusivas e igualitárias? À primeira vista, parece um objeto utópico e quase impossível de se concretizar, mas, na obra *Pedagogia do oprimido* (Freire, 2022), encontrei pistas sólidas de como essas mudanças podem se dar na prática, no ambiente da sala de aula, mesmo em

2 Iniciativas realizadas a partir de investigações e reflexões em contexto escolar que visam à mitigação, resolução de problemas ou à conscientização da população a respeito de uma determinada temática que envolva a comunidade. Por exemplo, a educação pública por meio de cartazes, redes sociais, blogs, sessões de esclarecimentos; a organização de grupos de pressão e boicotes a produtos danosos aos indivíduos e ao meio ambiente; a elaboração de matérias para jornais e petições junto ao poder público; a mudança dos próprios comportamentos, com a utilização de sacolas reutilizáveis em substituição às descartáveis, o respeito às diferenças etc.

meio a currículos e políticas educacionais de silenciamento de temas sociais importantes e de cerceamento da criatividade dos atores educacionais. Muitas são essas pistas, mas, em virtude da proximidade de cada uma delas com o que temos desenvolvido na abordagem de QSC orientadas ao planejamento e à realização de ações sociopolíticas, elenquei as duas que seguem: a *problematização* e o *diálogo*.

A partir dos seus escritos, entendo a problematização como uma premissa fundamental para a educação libertadora, haja vista que, por meio dessa ação, os estudantes são possibilitados de refletir criticamente sobre suas relações com o mundo, desvelar a realidade na qual estão imersos e, ao compreenderem “por que” e “como” se configura sua situação existencial, “exerçam um ato de adesão à práxis verdadeira de transformação da realidade injusta” (Freire, 2022, p. 237). Paralelamente, na Educação em Ciências, a abordagem de QSC conducente à realização de ações sociopolíticas estrutura-se, também, a partir da deflagração dos atores sociais e das forças que contribuem para o surgimento e a intensificação dos impactos decorrentes das controvérsias analisadas. A partir desse processo, acreditamos que os estudantes desenvolvem uma concepção mais clara sobre os reais responsáveis por tais dilemas e, em função disso, saberão “onde” e “como” agir, de modo a enfrentar as verdadeiras causas que originam os problemas, e não apenas conter os danos que deles transcorrem.

O diálogo é a força motriz para a problematização e o desnudamento da realidade, é o encontro com o outro para a pronúncia do mundo e a sua consciente transformação, ao conceber a existência humana como *inacabada*, *inconclusa* e em constante processo de (re)construção. O diálogo, como *práxis*, resulta numa transformação social, ao entender que a sociedade é um constructo mutável e, como tal, pode ser repensada e reconstruída, como você dissertou em *Pedagogia do oprimido* (Freire, 2022). No contexto escolar, o diálogo, que expressa as condições existenciais do indivíduo, é operacionalizado por meio dos *temas geradores*, os quais, na Educação em Ciências, podem ser associados às QSC, especificamente quando voltadas ao desenvolvimento de ações sociopolíticas, haja

vista que, além de retratarem temas reais que demandam a reflexão e o desenho de possíveis soluções, possuem entrelaçamentos com a realidade dos estudantes, o que os possibilita de expressar seu ponto de vista e discutir alternativas de solução.

As ações sociopolíticas são essencialmente reflexivas, por isso dialógicas, portanto, demandam o protagonismo dos estudantes em seu planejamento e execução, como também na seleção dos temas que consideram socialmente relevantes. Isso sem mencionar o seu efetivo exercício de pesquisa acerca da controvérsia enfrentada para que, a partir da sua compreensão holística, sejam capazes de delinear as ações de enfrentamento (e transformação da realidade) de forma consciente e informada (Reis, 2013). Assim, “em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também” (Freire, 2022, p. 97).

Com estima e afeto,

Luan Henrique Alves

REFERÊNCIAS

CONRADO, Dalia Melissa; NUNES-NETO, Nei. **Questões sociocientíficas: fundamentos**, propostas de ensino e perspectivas para ações sociopolíticas. Salvador: EDUFBA, 2018. 574p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 81. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 253p.

HODSON, Derek. Science education as a call to action. *Canadian Journal of Science, Mathematics and Technology Education*, v. 10, n. 3, p. 197-206, 2010.

REIS, Pedro. Da discussão à ação sociopolítica sobre controvérsias sócio científicas: uma questão de cidadania. **Encitec**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2013.